

URBANIZAÇÃO CRÍTICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

AMÉLIA LUISA DAMIANI
Departamento de Geografia
FFLCH Universidade de São Paulo -USP
e-mail: ameluisa@usp.br

Aos meus professores, José de Souza Martins,
Manoel Fernando Gonçalves Seabra,
Armando Corrêa da Silva e Pasquale Petrone.

RESUMO

O presente texto privilegia uma perspectiva de essencialidade, na tentativa de conceber a urbanização crítica e a produção do espaço, sendo que a urbanização crítica apresenta-se como um momento determinado da produção do espaço. De um lado, a realidade social, prática e contingente; de outro lado, sua direção processual e essencial definem a totalização do urbano pela economia e o urbano economizado; base do aprofundamento de crises sociais. A metrópole de São Paulo, empiricamente, sugere este estágio da atualização econômica, através da produção do espaço. A Geografia Urbana insere-se nesse debate, incluindo seu fundamento abstrato-concreto.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização crítica. Produção do espaço. Urbano economizado. Metrópole de São Paulo. Rodoanel Mário Covas.

CRITICAL URBANIZATION AND THE PRODUCTION OF SPACE

ABSTRACT

This paper adopts the perspective of essentiality in an attempt to grasp critical urbanization and the production of space, the former treated as a determinate moment of the latter. On the one hand, there is social reality, practical and contingent; on the other hand, social reality's essential and process-like di-

rectionality composes the totalization of the urban through economy as well as the economicized urban, which is the source of the deepening social crisis. Empirically, the metropolis of São Paulo suggests this stage of economic expansion through the production of space. Urban geography takes part in this discussion, which includes its abstract-concrete foundations.

KEY WORDS: Critical urbanization. The production of space. Economicized urban. Metropolis of Sao Paulo. Mário Covas beltway.

DOS ELEMENTOS DA URBANIZAÇÃO CRÍTICA

O percurso a seguir inicia-se pelos fundamentos básicos para o desenvolvimento do tema, que pretende localizar e não autonomizar a questão da urbanização, ao fazer a tentativa de examinar sua pertinência real e seus termos, no interior das contradições sociais, que definem a sociedade moderna. O cunho do movimento do texto expressa a opção por sua abrangência, em termos conceituais, aproximando-se do que caracterizamos como o ponto de vista essencial.

Trata-se de um percurso em direção ao conceito de urbanização crítica, como momento necessário da elucidação da produção do espaço. É um trajeto, de certa duração, no corpo dos trabalhos desenvolvidos, condição da busca e do chamamento no âmbito de um conhecimento crítico, que contém, embora não se acomode, às ciências particulares; neste caso, a Geografia. Certamente, expõe a necessidade da transdisciplinaridade.

A dificuldade vem de falências de uma razão libertadora, quando a razão se instrumentaliza. A universalidade do conhecimento, como manifestação do sentido positivo e universal da experiência humana, na sociedade moderna, anunciada desde o século XVII, através de Descartes, vai sendo consumida pela implicação desse conhecimento na perpetuação desta sociedade como finalidade última eternizada. Se o sujeito racional se vulnerabiliza, o sujeito revolucionário também se vê cativo de uma práxis social fragmentadora; nem a mercadoria, nem o dinheiro, nem as formas de exploração do trabalho foram superados. Ao contrário.

O século XX testemunha, entre lutas e crises sociais demarcatórias, mais de uma utopia antirracionalizadora, buscando o acervo libertador na força da imaginação, como nos casos do dadaísmo, do surrealismo, do letrismo, dos existencialismos... Expunham a redução da consciência e do corpo individuais

e sociais, humanos, ativando o sentido desse terrorismo, centralizado e potente, com a impulsão dos imperialismos, e, ao mesmo tempo, difuso e subterrâneo, intersticial, redutor da existência, da vida cotidiana; este nível da prática social, o cotidiano, que se distancia da força dos acontecimentos históricos.

A razão e a práxis revoltas expõem as possibilidades e impossibilidades do devir social e, internamente, incluem a necessidade de um pensamento crítico sobre a urbanização da sociedade, implicado no desvendamento das contradições espaciais.

A produção do espaço é totalizada pelos negócios da urbanização.

A ciência do espaço, de fundo físico-matemático, cartesiana, é serventia de estratégias espaciais de domínio da natureza, das forças produtivas sociais, mas não de sua apropriação social. Instala-se um pensamento formal sobre o espaço que sujeita as práticas sociais; ele definido definitivamente como coisa estendida, espaço neutro a abrigar objetos, ações, situações diversas, determinando sua universalidade abstrata.

Assim, o pressuposto é o do consumo e da consumação da ciência espacial, inserida no processo do capital; daí a exigência crítica de fazê-la aparecer, incluída e superada, no interior de uma concepção sobre a produção do espaço.

Trata-se de situar e dialetizar a urbanização e a abrigar numa concepção de espaço, que enriqueça lógica e socialmente a apreensão de seus conteúdos e a aprofunde, conceitualmente, como urbanização crítica.

Fizemos este esforço, incluindo-o metodologicamente no que poderia ser definido por redução estrutural, combinando três complexos analíticos, sendo que cada um deles contém sintética e dialeticamente elementos com nexos contraditórios e em estreita conexão com os demais complexos (CANDIDO, 2004). São eles:

1 – A crise do trabalho, contida na crise do capital. Esta crise se manifesta como desemprego maciço; aumento da composição orgânica do capital dos empreendimentos econômicos, que reduz proporcionalmente o trabalho vivo da referida composição; uma economia de “sobrevivência”, em novos moldes, pois, diante da crise do trabalho, setores produtivos e de serviços, de baixa composição orgânica do capital, são mantidos e, pulverizadamente, ampliados, lembrando que a economia brasileira sempre conteve essa presença. Daí todas as formas de dualismos explicando-a: a formalidade e a informalidade do trabalho; mais recentemente, a exclusão e inclusão produtivas dos trabalhadores...

Encontra-se aqui a concepção de proletarização e ela abriga fundamentalmente a realidade da negatividade absoluta do trabalho: o colocar-se à disposição de um processo econômico abstrato dominante.¹

Aproveitando a enorme reserva criada pela própria industrialização, como ‘informal’, a acumulação molecular–digital não necessitou desfazer drasticamente as formas concreto-abstratas do trabalho, senão em seus reduzidos nichos fordistas. Realiza, então, o trabalho de extração de mais-valia sem nenhuma resistência, sem nenhuma das porosidades que entravam a completa exploração... Então, graças à produtividade do trabalho, desaparecem os tempos de não trabalho: todo o tempo de trabalho é tempo de produção (OLIVEIRA, 2003, p. 136/142, grifo nosso).²

¹ Sobre a sociedade brasileira atual e a dialética da malandragem, Arantes, dialogando com Roberto Schwarz e Antonio Candido, escreve: “[...] vantagem civilizatória de uma sociedade que ganha em ‘flexibilidade o que perde em inteireza e coerência’ [...] Esse mundo aberto, no qual se destacaria a contribuição milionária de nossas idiosincrasias, obviamente não veio. E, se caso chegasse, encontraria a dialética brasileira da malandragem de ponta cabeça”. “[...] um agravamento tal da espoliação e desamparo dos indivíduos flexibilizados a ponto de assumirem cada vez mais os traços dos ‘homens precários’ da periferia. Precários, porém altamente maleáveis e plásticos na sua informalidade de nascença.” “[...] ‘o nosso fundo não burguês se mostrou apto, também, a servir de legitimação ao capitalismo sem lei nem cidadania trilhado no país [...] em boa paz e sem susto para a consciência, o pé na irregularidade convive com a disposição prestativa’, mas só até que essa constelação cordata e otimista seja contestada pela ‘pobreza, o desemprego e, sobretudo, pelos primeiros cadáveres boiando no rio que corre ao lado da favela. O aspecto da vida popular que irá prevalecer é outro.” (ARANTES, 2004, grifo do autor). A crise do trabalho aparece como fluidez de formas de identificação do proletário, como modos de sobrevivência possíveis: a de bandido, a de evangélico, a de trabalhador. Transitando como sujeito híbrido. (ANDRÉ, 2009). No mundo, inclui parcela significativa dos potenciais “operários” disponíveis às velhas e novas máfias. (SILVA, 2009). Colette Petonnet (1978) adverte que os termos proletariado, néo-proletariado, sub-proletariado, restritivos, mesmo impróprios, são insuficientes, mas serão utilizados, na falta de melhor termo. “Trata-se, com efeito, não da classe trabalhadora, nem dos trabalhadores imigrados, mas dos meios sub-proletários, que sabemos, por experiência, que são desconhecidos e mal julgados.” O mérito de sua interpretação está em não tentar circunscrever apressadamente os limites e as características desse proletariado, que é objeto de sua análise, isto é, não se intimidar com uma realidade fluida e complexa a respeito dele; e, ao mesmo tempo e contrariamente, anotar a forma rígida através da qual o restante da sociedade o nomeia e se relaciona com ele.

² Com a revolução molecular-digital ou informática: “Aterrissando na periferia, o efeito desse espantoso aumento da produtividade do trabalho, desse trabalho abstrato virtual, não pode ser menos que devastador... A tendência à formalização das relações sociais estancou nos anos 1980, e expandiu-se o que ainda é impropriamente chamado trabalho informal [...] a desconstrução da relação salarial que se dá em todos os níveis e setores. Terceirização, precarização, flexibilização, desemprego a taxas de 20,6% na Grande São Paulo – dados de 2003 [...] –, e não tão contraditoriamente como se pensa, ocupação, e não mais emprego [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 142). “A massa problemática e ‘perigosa’ da sociedade não é mais definida por sua posição no ‘processo de produção’, mas por sua posição nos âmbitos secundários, derivados, da circulação e da distribuição. Trata-se de desempregados permanentes, de destinatários de operações estatais de transferência ou de operadores de serviços nos domínios da terceirização, até chegar aos empresários da miséria, os negociantes de rua e os coletores de lixo. Essas formas de reprodução são, segundo

2 – As cidades passam a constituir espaços privilegiados da produção mercantil do espaço, internalizando a metamorfose do capital produtivo em capital financeiro, incluindo o capital enquanto fictício. Não são espaços do homem-habitante como, por algum tempo, definia Le Lannou, nem, exatamente, espaços do homem-produtor e do homem-consumidor, como avaliava Pierre George, mas espaços do *habitat* e dos negócios, que negam o homem; espaços de desumanização e sujeição social e individual. De modo fenomênico, as cidades tornam-se sujeitos sociais³; em sua essencialidade, é o processo de urbanização, tendo como fundamento a proletarianização absoluta. Não há um sujeito e seu *habitat*, como moradia degradada; há o *habitat*, negando o habitante, no interior de uma economia, que nega, contraditoriamente, o trabalho. Dialecticamente, aparecem como necessidade de moradia e necessidade de trabalho. Dizer que o habitar se transforma em *habitat*, significa dizer que o habitante é negado como sujeito, em prol do negócio imobiliário e todas as suas extensões econômicas e políticas.

É necessário compreender que o setor imobiliário não é exatamente uma especialidade de negócios, mas movimenta capitais de outros setores produtivos e financeiros, a ele acoplados por sua rotatividade financeira especulativa, em potencial, o que expõe a expansão de aquisições de propriedade da terra

critérios jurídicos, cada vez mais irregulares, inseguras e amiúde ilegais; a ocupação é irregular, e as rendas transitam no limite do mínimo necessário para a existência ou até caem abaixo disso” (KURZ, 2004, p. 10). “Em outras palavras, o trabalho como o antagonista do capital – isto é, daquele que se auto-afirma globalmente como o ‘capital social total’, e que só pode ser a ‘totalidade do trabalho’, em uma escala global – submete a si todas as suas parcelas e variedades, seja qual for a sua configuração socioeconômica no presente estágio da história.”... A proletarianização da sociedade afirma-se como um processo contínuo ... “O desemprego é endêmico e ubíquo; não encontraremos hoje um único país que não o tenha em grau crescente.” Na Índia, há 336 milhões de desempregados. (MÉSZÁROS, 2007, p. 71-72).

³ As cidades emergem “como *locus* privilegiado de articulação entre instituições políticas, agentes econômicos privados e organizações não-governamentais.” Nas questões sociais e econômicas a cidade adquire um protagonismo: adotando estratégias de competitividade na atração de investimentos e os poderes locais devem promover essas possibilidades de inserção nos espaços econômicos globais. Entre os itens de inserção: a promoção econômica para o exterior e a concepção e implementação de projetos urbanísticos (BARRETO, 2004, p. 12-16). Os projetos de desenvolvimento municipal definem uma mutação do modelo tecnocrático centralizado, equivalendo à desconcentração dos poderes técnicos, até mesmo descentralização política, administrativa e orçamentária. Constituem-se as “hierarquias administradas”, definindo, sobretudo, os termos da “governança’ local, da organização que permitirá produzir uma cidade cujo funcionamento será conforme ao que se espera num conjunto macroeconômico nacional reestruturado”, e que envolve conceber projetos urbanos, cuja base é o tratamento da cidade como empresa-cidade (OSMONT, 1995, p. 281).

urbana, por multinacionais e outras grandes empresas, da área produtiva e bancária.⁴

A concepção de situação geográfica, enquanto redes e fluxos de relações potenciais, a partir de um processo de centralização, mobilizada pelo concurso de uma economia política do espaço, ganha uma importância estratégica no sentido econômico e político e nos fornece o auxílio metodológico para o exame das circunstâncias metropolitanas, sobretudo, como conjunto, como totalidade, sempre móvel e propondo novos ou renovados territórios econômicos, como uma geografia do movimento (GEORGE, 1984, p. 221, grifos do autor), inserindo “a produção de novas configurações espaciais como um ‘momento ativo’ dentro da dinâmica temporal global da acumulação e da reprodução social” (HARVEY, 1990, p. 377).

3 – Esta profunda destituição da humanidade do homem é, ao mesmo tempo, a “naturalização” do humano. Scalzone diz “A crítica ecológica compreendeu na raiz uma das questões centrais de nossa época: a relação entre modernização e catástrofe” (MARTINE-SCALZONE e SCALZONE, 1990, p. 228, grifos do autor).

Há uma exaltação da natureza e do natural, preenchendo o vazio de projetos políticos de superação de inúmeras crises sociais.

Entre as novas gestões territoriais, afirma-se, como seu fundamento, a concepção de sustentabilidade. O interessante é o seu navegar entre a utopia e uma poderosa ideologia. Há uma profusão de novos entes jurídicos como as ONGs, Organizações Não Governamentais, que ganham notoriedade com a proteção ambiental e suas leis, que, por sua vez, se expandem através de áreas de proteção ambiental e tantas outras políticas de conservação e preservação ambientais, incluindo o ambiente urbano. Ao nível administrativo, uma linguagem oficial afirma essa presença como necessária. A gestão ambiental, que, no caso de São Paulo, abre-se a novos limites territoriais, como aquele das bacias hidrográficas, está presente nos planos diretores, no planejamento estratégico, nas fórmulas internacionalizadas de gestão urbana. Um ideário de equilíbrio do crescimento urbano, ou, pelo menos, de gestão sustentável de territórios intra-urbanos, preenche os limites de gestões urbanas anteriores que se demonstraram ineficazes. Alteram-se as formas de gestão, mas elas têm um elo íntimo, em comum:

⁴ No mercado imobiliário, define-se como investidor institucional.

a afirmação do Estado, de um lado; e, de outro, sua metamorfose em parcerias público-privadas. Todas as formas de privatização correntes não significaram a superação do Estado, mas sua deterioração e metamorfose.

A noção de sustentabilidade, que atravessa a ciência, como ciência ambiental, o discurso administrativo oficial, novos projetos urbanísticos internacionais – como os polígonos auto-sustentados em Barcelona⁵ –, refaz o ideário da busca do equilíbrio e da ordem, num reconhecimento do estado crítico da sociedade, mas numa versão reformista de sua superação; o movimento social real, essencialmente econômico, envolve processos acumulativos, resistentes; que podem ser, deste modo, inclusive, estimulados.

A potência ideológica do ambiental é extremamente paradoxal, pois, em São Paulo, chega a ser justificativa do Rodoanel Mário Covas, um projeto setorial da área de transportes, alçado a Projeto Estratégico⁶, definindo um sistema viário perimetral, que circunda a metrópole de São Paulo, na altura do que é designado por anel peri-urbano; dividido em 4 trechos, sendo que o Trecho Oeste já está em funcionamento (desde 2002) e o Trecho Sul está em produção; nesses dois trechos, já são 90 kms de estrada previstos. Faltam os trechos Norte e Leste, fechando o circuito por volta de 175 kms, distantes de 20 a 40 kms do centro histórico de São Paulo; sendo que o Trecho Sul já

⁵ O seminário “Márgenes urbanos: transformaciones recientes en Barcelona”, realizado de 14 a 28 de fevereiro de 2005, em Barcelona, na Universidade evoca a força institucional e política deste argumento. Conserva-se a proposta de polígonos industriais renovados nessas áreas, configurando a ideologia do crescimento econômico sustentável em toda Barcelona. Tanto em Palau, como na Mina e nos últimos municípios, é recorrente a observação de extensas áreas residenciais nas margens metropolitanas, complementares ao projeto centralizado de uma Barcelona aberta aos novos negócios europeus, também produtor de novas centralidades, como o projeto 22@, em Poblenou. Áreas aburguesadas, menos frequentes, como em Cugat, dividindo espaço com centros logísticos de grandes empresas e áreas de habitação popular adensadas, como em Quirze, Sabadell, Palau, Mina... E, em todo lugar, a Barcelona em obra: a tentativa de mobilizar a propriedade e os negócios com vistas a mercados internacionais, e uma certa resistência representada pelos usos cotidianos dos amplos espaços para moradia. (seminário: “Márgenes urbanos: transformaciones recientes en Barcelona”, realizado de 14 a 28 de fevereiro de 2005, em Barcelona, relativo ao projeto “Globalización y Transformaciones Socio-Espaciales en las Metrópolis del Siglo XXI: Barcelona y São Paulo”, missão 2005, sob coordenação de Ana Fani Alessandri Carlos e Carles Carreras Verdaguer).

⁶ Ao nível das representações, as resistências, especialmente de mobilização em torno do meio ambiente, reconstituíram o projeto como Programa Estratégico do Rodoanel, compreendendo novas formas de gestão, como planos de manejo das áreas mais vulneráveis, desse ponto de vista, reconduzindo à antítese entre qualidade ambiental e espaços sociais degradados.

precipita uma ligação possível com o que se constituirá como Trecho Leste⁷, e assim sucessivamente.

A questão substantiva é se o problema ambiental pode ser autonomizado da concepção de produção do espaço. Profundamente ideologizado e inserido nas estratégias econômicas relativas à produção do espaço, seria precário destacá-lo desta noção de totalidade, embora analiticamente tenha derivações particulares a serem examinadas. Como fundamento da devastação ambiental há que considerar uma sociedade com princípios cumulativos, ou melhor, acumulativos e abstratos, de raiz econômica, e descriminalizar a população proletarizada e suas práticas, como agente poluidor.

Em espectro podemos pensar a questão ambiental, em desnível, pois absorve de utopias a ideologias, com fundamentos reais num sistema econômico cujas relações históricas e sociais estão subordinadas ao econômico. Neste sentido, segundo Mészáros (2007, p.238), o “capitalismo deve ser desafiado como modo de controle sócio-metabólico”.⁸

Inversamente, para justificar uma rodovia assim extensa e seu sentido, na base de uma nova plataforma logística para os negócios metropolitanos, ela

⁷ “Destaca-se, nesse sentido, a medida de duplicação da Av. Papa João XXIII, como obra essencial ao bom funcionamento do Rodoanel e à sua interligação com a futura Av. Jacu-Pêssego prolongada [...] A localização de indústrias de grande porte na região sul da RMSP, incluindo os municípios do ABCD, não se mostra mais uma tendência forte. Mais provável é que a operação do Rodoanel beneficie a região leste da metrópole, considerando a efetivação do prolongamento da Av. Jacu-Pêssego, através de São Paulo e Mauá. Este último município será especialmente beneficiado com os efeitos positivos em termos de acessibilidade e atratividade decorrentes da implantação destes dois empreendimentos.” (Programa Rodoanel Mario Covas: Trecho sul modificado – Estudo de impacto ambiental, 2004, volume 5, p. 135 e 137)

⁸ “Somente um sistema de reprodução sócio-metabólica racionalmente planejada poderia mostrar o caminho para além das contradições e perigos dessa situação de apuros historicamente produzida...verdadeiramente global e não apenas com as dificuldades de coordenação e intensificação positiva das forças produtivas de países particulares.” A racionalidade sustentável aparece para o autor como determinação inerentemente qualitativa (aspectos qualitativos da administração de uma ordem reprodutiva humanamente viável. “Pois tão logo seja preciso admitir que o tempo histórico humano não é mensurável nos termos de permanência da natureza, para não mencionar o fato de que a própria temporalidade duradoura da natureza em nosso planeta está sendo catastróficamente minada pela contínua intervenção destrutiva de forças socioeconômicas perversas, ... potencialidades e limitações do tempo histórico real ...”. Define como necessária uma ordem social alternativa sustentável, dada a usurpação devastadora da natureza pelo capital, somente enquanto transformação socialista sustentável. (MÉSZÁROS, 2007, p. 227/240-1, grifos do autor). Para Lefebvre, sobre as trocas de matérias e de energias subjacentes às trocas de bens materiais no seio da sociedade, haveria na sociedade socialista (Crítica ao Programa de Gotha) a regulamentação destas trocas orgânicas como lei reguladora da nova sociedade. Deve-se incorporar a cidade neste objetivo, como lugar de permanente agressão contra a natureza (LEFEBVRE, s/d, 149).

aparece induzindo o chamado efeito barreira, “inibidor da ocupação irregular”⁹ e do avanço do que foi convencionado como urbanização desordenada – ocupações irregulares, do ponto de vista fundiário e urbanístico: favelas e loteamentos clandestinos, a maioria –, que denota o que se definiu como anel periurbano.

O Rodoanel Mário Covas, como sistema viário perimetral, projetado e em execução, desde os anos 1990, atravessa a metrópole de São Paulo¹⁰ e passa a demarcar o círculo e circuito de realização e renovação potenciais de valorização econômica desta metrópole.¹¹ Ele nos fornece a imagem do perímetro urbano metropolitano que foi desenhado e está se implementando, formando um grande anel de valorização econômica do espaço. Ele determina um contexto e uma imagem espaciais de totalidade sobre a produção do espaço urbano e, imediatamente, ele alavanca um processo de expropriação social, próprio à acumulação primitiva do espaço, que forja o espaço de valorização.

Uma noção de conjunto da “realidade urbana economizada” torna-se mais patente se preenchermos essa imagem totalizante do Rodoanel Mário Covas com outros projetos, como aqueles das Operações Urbanas em São Paulo. Com vistas a apresentá-lo como um programa integrado de planejamento, depois de inúmeros debates sobre suas restrições, como projeto setorial, e dessa forma impactando a metrópole, sem estudos convenientes, foi realizada uma Avaliação

⁹ Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Rodoanel. Governo do Estado de São Paulo, 2004.

¹⁰ O Projeto Rodoanel Mário Covas refere-se a um anel rodoviário metropolitano fechado, cortando as principais rodovias de acesso à metrópole, cuja produção é controlada pelo governo do Estado de São Paulo e pelo governo federal. O primeiro trecho, oeste, interliga a rodovia Régis Bittencourt com a estrada velha de Campinas, em Perus, passando pelas rodovias Anhanguera, Bandeirantes, Castelo Branco e Raposo Tavares, com 32 kms. Ele está concluído. O segundo trecho, sul, vai ligar a rodovia Régis Bittencourt com a rodovia Anchieta (passando pela rodovia Imigrantes), tendo por volta de 40 kms. Completam o circuito os trechos norte e leste. O rodoanel metropolitano envolve, além de São Paulo, mais 15 municípios. No trecho oeste, estão Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu e Osasco. No sul, Embu, Itapeverica da Serra e São Bernardo do Campo. No leste, Mauá, Ribeirão Pires, São Bernardo, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Guarulhos, Poá e Suzano. No norte, Guarulhos.

¹¹ Há uma metamorfose da funcionalidade da presença do trabalhador potencial na do morador temporário. A valorização e capitalização das periferias, inclusive reproduzindo formas de especulação financeira e fundiária, constitutivas de centralidades potenciais, acabam por levar a uma acumulação primitiva desses espaços; isto é, uma varredura dos seus usos e moradores existentes, em prol de novas estratégias e empreendimentos. Considerando a imensidão das periferias, as estratégias de expropriação devem ser gigantescas, a exemplo do Rodoanel Mário Covas, em São Paulo, que envolve potencialmente a metrópole inteira.

Ambiental Estratégica, em 2004¹², definindo-o como Programa Rodoanel Mário Covas. Apesar da renovação do seu aparato de sustentação técnica, fornecida por um planejamento estratégico, o Rodoanel Mário Covas preserva, segundo as críticas, seu particular interesse nos planos setoriais de transportes^{13 14}.

Sobretudo nas metrópoles, mas não só nelas: as pessoas estão perdendo tudo – o emprego, especialmente o industrial; o espaço da moradia, são itinerantes dentro da cidade; a vida, com a violência – e estão inseridas perversamente no mundo do espetáculo, que lhes retira a identidade. Com o que ficam? Com a negatividade absoluta do sistema produtor de mercadorias moderno: com a miséria absoluta e a violência. “A miséria não como carência, mas como exclusão plena da riqueza objetiva [...] a miséria absoluta como objeto” (MARX, 1977).

A HIPÓTESE EM ABERTO

A mobilidade do trabalho, como condição contraditória do processo do capital, incluiria a mobilidade do habitat, como momento internalizado? Isto

¹² *Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Rodoanel*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2004.

¹³ Sobre a crítica: LABHAB. *Impactos urbanísticos do Trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas – estudo preliminar*. São Paulo: Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos, FAUUSP, julho de 2005 (coordenação geral da pesquisa Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira).

¹⁴ “Três programas estratégicos são considerados relevantes para efeito de análise da inserção do Rodoanel como um todo, e do Trecho Sul em específico, nos programas de transportes regionais vigentes: um programa de âmbito estadual e dois de âmbito metropolitano para a Região Metropolitana de São Paulo. O programa de âmbito estadual é o Plano Diretor de Desenvolvimento de Transporte do estado de São Paulo – PDDT, desenvolvido pela Secretaria dos Transportes visando estabelecer diretrizes e políticas de desenvolvimento de transportes para o período 2000- 2020. Por ser conduzido como um processo dinâmico e permanente de planejamento, denominou-se PDDT Vivo 2000-2020 e sua última atualização vem sendo desenvolvida desde 1998. O Rodoanel se insere no PDDT como uma das ações de implantação de infra-estrutura viária para atender à diretriz de facilitar a transposição da Região Metropolitana de São Paulo proporcionando maior eficiência no escoamento de cargas da região oeste do Estado e Centro Oeste do país e também, como componente estratégico das políticas de indução a intermodalidade. Neste contexto, o Trecho Sul assume papel prioritário ao completar a ligação com o Trecho Oeste, e garantir o fluxo de mais de 40% das viagens de carga que estão na ligação das rodovias Anhanguera e Bandeirantes e Castello Branco / Raposo Tavares com as rodovias Anchieta e Imigrantes (acesso ao Porto de Santos). Os programas de âmbito metropolitano são dois, o Plano Integrado de Transportes Urbanos para 2020 (PITU 2020) elaborado em 1999, e o Sistema Integrado de Vias de Interesse Metropolitano (SIVIM), elaborado em 2001, como complemento ao PITU nos aspectos referentes ao sistema viário. Ambos foram desenvolvidos pela Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos.” (*Programa Rodoanel Mário Covas: Trecho sul modificado – Estudo de impacto ambiental*, São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, outubro de 2004, volumes 1-5)

é, não somente uma mobilidade pendular casa-trabalho, entre os ingredientes destrutivos da experiência urbana possível, definida por Pierre George (1983) como tempo obrigatório, mas enquanto processo de capitalização do espaço urbano, que produz, ao mesmo tempo, formas de segregação socioespaciais e novas formas de expropriação.

Incluindo, nesta economia de exploração de recursos humanos e naturais, como conceitua Raoul Vaneigem(1996), a metamorfose da depredação real da natureza em ideologia de curto-circuito entre a crise ambiental e social, encobrindo uma realidade economizada, absorvida pela forma mercadoriana como absoluto natural, tornando todo o espaço potencial e contraditoriamente produtivo.

Se a burguesia e a aristocracia se digladiavam entre a propriedade do solo e a do dinheiro, historicamente, há mais de um século a reprodução social se “mantém com o conflito entre o capital financeiro, abstração suprema, e a ação em nome do proletariado” (LEFEBVRE, 2000, p. 355).

OS FUNDAMENTOS

O processo do capital

O fundamento da argumentação que segue é que a sociedade moderna está sob o jugo do processo do capital, enquanto acumulação do capital, num movimento crítico que lhe é imanente e com as metamorfoses que suscita, com vistas a reiterá-lo, nos termos de uma reprodução social crítica.

Como valor que se valoriza a si mesmo, como mais-capital, o capital se realiza enquanto relação capital-trabalho, sendo o trabalho a fonte do valor, como mais-trabalho, que se realiza como mais-valia ou mais-valor. A propriedade privada, embora apareça como exterioridade do processo, na verdade, é sua condição e seu resultado, resolvendo-se como mais-capital. Deste ponto de vista, o capital inclui a propriedade privada da terra, realizando-a como moderna propriedade da terra: “pela ação do capital sobre as velhas formas de propriedade da terra, estas passam a gerar uma renda em dinheiro”.

Desde logo, o capital é inerentemente circulante, é circulação ampliada do capital. Sob este fundamento, o processo do capital tende, historicamente, a transformar os modos de produção anteriores e os alçar a modo especificamen-

te capitalista. Considerada a relação capital-trabalho, como base da produção do mais-valor, o movimento orienta-se em direção ao trabalho abstrato e à mais-valia relativa. Isto é, à conversão das diferentes qualidades de trabalho a uma medida abstrata e comum de tempo socialmente necessário de trabalho, à exploração não só extensiva, mas intensiva de trabalho, invertendo a produtividade social do trabalho em produtividade do capital. Quanto mais próximo o capital está de seu conceito, da sua realização como processo ampliado do capital, maior é a produtividade do capital, menor a unidade elementar de trabalho, como unidade de capital. A produtividade social do capital realiza-se como crise do capital e crise do trabalho.¹⁵

A depreciação do valor do capital (na sua metamorfose em preço); a destruição rasa do capital (incluindo os valores de uso produzidos); a desvalorização do valor do capital (realização inferior ao valor produzido); a sobreacumulação (não fluidez da circulação ampliada do capital produtivo), de um lado; de outro, a exploração mais intensiva e extensiva do trabalho, como modos inerentes de produção de mais-valor, nas circunstâncias desse mais-capital com produtividade acrescentada, tem elasticidade, tendencialmente, diminuída, embora defina o rigor das formas de exploração do trabalho.¹⁶

Portanto, há uma tendência à reprodução volátil do capital, financeirizando-se, isto é, movendo a si mesmo sem substância de valor real produzido.

Nesses termos, o processo do capital se mundializa, expropriando e explorando, isto é, constituindo a totalização de um processo de proletarização gigantesco e predatório.

Abstração concreta como redução da vida

O processo do capital equivale, na sua realização, a um processo de mercantilização extensivo e intensivo: à transformação da riqueza material, da na-

¹⁵ Considerando-se a inerência do aumento da composição orgânica do capital, de sua parte constante, relativamente à sua porção variável, portanto, de patamares, tendencialmente, mais baixos de lucro médio, cada novo capital empregado carrega consigo este novo patamar de lucro médio, com tendência à diminuição, e envolve o recrudescimento da extração da mais-valia, como forma de compensação, com ampliação das taxas de mais-valia.

¹⁶ Portanto, de desumanização do homem: o aumento absoluto da mais-valia e de suas taxas, considerando dada produtividade do trabalho, é ainda assim contraditório, face à redução proporcional do capital variável, na composição do valor do capital. Eis o sentido histórico e crítico do processo do capital tornado sujeito, incluindo e reduzindo negativamente o trabalhador à condição potencial de força de trabalho excedente.

tureza como a fonte dos valores de uso, e do homem transmutado em força de trabalho, em um processo abstrato de valorização do valor, que inclui a circulação dos produtos como mercadorias. A circulação do capital, como circulação de mercadorias, equivale à permanência simultânea no mercado de mercadoria (coisas) e de mercadoria-dinheiro (equivalente geral) e dessa dupla circulação, com diferentes ritmos; o movimento da sua reprodução ampliada, portanto, embora inclua, não se confunde com a circulação simples de mercadorias. A mercadoria e o dinheiro como mercadoria são formas abstratas, redutoras de seus fundamentos materiais concretos; portanto, são metafísicas nesse sentido.

O mundo das mercadorias, com esses fundamentos, contém a deterioração de cada mercadoria particular propondo outras, num movimento tendendo a ascendente, e desenvolve formas dinheirárias¹⁷ apropriadas: o dinheiro como medida do valor; como meio de pagamento; como meio de circulação; como forma-capital...

Vivemos num mundo preche de objetos, de diversas dimensões e graus de degenerescência, embora, o sentido de nossa economia seja sempre o de antecipar seu período de vida.

A cidade, a metrópole podem ser concebidas, neste sentido, como superobjetos (LEFEBVRE, 2001).

Nosso mundo objetual é, ao mesmo tempo, formal e abstrato.

Em que sentido?

Os objetos são, também, mercadorias, exigindo sua metamorfose do material em abstrato.¹⁸

¹⁷ O dinheiro como equivalente geral absorve mais de uma forma, considerando as trocas simples de mercadorias e as trocas ampliadas no movimento de valorização do capital: o dinheiro como meio de circulação; como medida do valor; como capital. Todas essas formas do dinheiro refletem, contraditoriamente, a metamorfose necessária entre a existência natural ou as qualidades das mercadorias, na sua diversidade material, e sua tradução em existência puramente econômica. Há um ajuste formal para que os vínculos da troca sejam preservados, daí seu tratamento como determinação formal, sob o imperativo do valor de troca. Este movimento é, também, o da transformação do valor em preço, como forma dinheirária do valor. A complexidade do processo de circulação do capital expõe o sentido necessário e, ao mesmo tempo, contraditório, das formas do dinheiro. [Ver, entre outros: MARX, Karl. Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858, 1977, volumes 1 e 2 e HARVEY, David. Los límites del capitalismo y la teoría marxista, 1990]

¹⁸ Enquanto tal, a mercadoria se realiza como preço, em forma dinheirária. Se, para quem compra um objeto particular, o dinheiro aparece sob sua forma de meio de circulação, necessário à troca simples de mercadorias, do ponto de vista da economia em geral, o dinheiro tende a se realizar na sua forma capital. Isto é, o dinheiro que deve se efetivar como mais dinheiro; como capital. En-

O homem que vive no mundo das mercadorias vive, dolorosamente, seu fetiche. A substituição das relações concretas entre os homens, por relações entre coisas. A “forma social geral do trabalho aparece no dinheiro como a propriedade de uma coisa (MARX, 1975).”

No mundo dos objetos e superobjetos, tornados mercadorias, a subjetividade humana se realiza envolta em dilaceramentos, como redução do vivido, sob o império dessas abstrações concretas.¹⁹

A GRANDE MAQUINARIA E SUA ATUALIZAÇÃO

Os termos mundiais de realização do modo de produção especificamente capitalista, na sua generalização, incluem a reiteração de outras formas produtivas, conduzidas por ele; inclusive, considerando a necessária e estratégica contraposição à redução da taxa média de lucro. Como afirma Marx (1978), embora sucessivas, historicamente, as extrações formal e real da mais-valia efetivam-se na simultaneidade desses modos de exploração do trabalho. Na América Latina, sugeriu, quanto à urbanização, um tratamento do mercado formal e informal de trabalho; a concepção de marginalidade; e, de modo amplo, a idéia de subdesenvolvimento, de países dependentes, de países periféricos... etc.; toda ordem de concepções, mais ou menos conscientes, do desenvolvimento social desigual; contudo, no trajeto aqui esboçado, não cabem as reduções dualistas e mutuamente exteriores de formas de exploração do trabalho. De outro ângulo, as novas forças produtivas do trabalho, incluindo o informacional, intensificam esse estranhamento e os modos de despossessão. Sinteticamente, aqui se insere, de maneira apenas anunciada, a concepção de formação econômico-social capitalista.

O circuito do capital exige redefinições políticas importantes: o Estado moderno como a forma política da identificação abstrata do indivíduo, conduzida e invertida em relação ao individualismo burguês real; instituindo formas dinhei-

tão, esta metamorfose necessária, nos termos da sociedade moderna, é vivida de modo ambíguo, percebida, o que não quer dizer inteiramente compreendida, raciocinada. Há estranhamento, alienação envolvidos, o que interfere na subjetividade humana.

¹⁹ Toda ordem de mal-estar tem esta raiz. Os conteúdos reais desse mundo objetivado, material e abstrato, fundam-se no trabalho, no trabalho vivo, que transforma objetos naturais em objetividade social, produto do trabalho social. No processo do capital, quem produz recebe salário, que é apenas uma parte desse mais-valor tornado mais-dinheiro. Aqui outra problemática da realização da subjetividade: compreender a exploração do trabalho, que pode ser percebida como humilhação e dominação, e não exatamente conscientizada enquanto exploração.

rárias coletivamente aceitas e azeitadas, mais ou menos, às formas de circulação mundial do capital, como as moedas, nacional e internacional, e seus lastros reais ou fictícios, relativamente à forma do dinheiro como medida do valor.

A constituição do Estado político e a dissolução da sociedade burguesa nos indivíduos independentes... se processa num só e mesmo ato... O homem real só é reconhecido sob a forma de indivíduo egoísta; e o homem verdadeiro somente sob a forma do cidadão abstrato... A emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente e, de outro, a cidadão do Estado, a pessoa moral (MARX, sd, p. 50/52).

A manipulação do sobreproduto social, real ou projetado, incluindo envidamentos múltiplos, pelo Estado e pelo Sistema dos Estados, acaba por influir internamente nos modos de acumulação e sua circulação mundial e internalizar suas crises, tornadas crises do Estado. Há, portanto, a produção política dos laços sociais, institucionalmente manipulada e manifesta. Mesmo com suas metamorfoses, o Estado gerenciador ainda prevalece, mesmo que como Estado de Urgência, com as desregulamentações mais recentes, especialmente, a partir dos anos 1980. Os liames entre o político e o econômico não equivalem a desenvolvimento igual do aparato estatista e mercantil, mas definem correspondências importantes. Esta aproximação, com suas particularidades, aparece em Ives Lacoste, através do que define por espaços de conceptualização, para discernir diferentes níveis de análise, compatíveis com a natureza dos problemas a decifrar – econômicos, políticos e sociais –, evitando o a priori de um tipo de espaço. Fazia, assim, a crítica às monografias regionais.

No plano do conhecimento, não existe um nível de análise privilegiado; nenhum deles é suficiente, pois o fato de tomar em consideração tal espaço como campo de observação vai permitir apreender determinados fenômenos e certas estruturas, mas conduz à deformação ou à ocultação de outros fenômenos e de outras estruturas cujo papel se não pode menosprezar *a priori* e que não se pode negligenciar. É portanto indispensável colocarmo-nos a outros níveis de análise, tomando em consideração outros aspectos. Em seguida, é necessário fazer a articulação de todas essas diferentes observações pois que são função daquilo a que poderíamos chamar espaços de conceptualização diferentes (LACOSTE, 1979, p. 47- 48).

De modo semelhante, David Harvey (2004) fala de lógica territorial e lógica do capital, ao mesmo tempo, funcionais e contraditórias, entre si.

A naturalização da colonização moderna; a da necessária ampliação do espaço, imanente ao espaço vital (RATZEL); as formas de imperialismo, a partir da constituição de centralidades impositivas do capital, aparecem como modos necessários do processo do capital.

A metamorfose dos modos de produzir, reproduzir e gerir, no capitalismo, expõe a intensidade do processo de alienação, estranhamento e fetichização. Reconduzi-la, na concepção em essência da produção do espaço, exige a sistematização do processo do capital, dada sua implicação interna.

Exatamente este sentido move o presente texto: o lócus da produção do espaço no interior da reprodução social, na sociedade moderna capitalista.

O sistema automático da maquinaria, decifrado por Marx, conduz à categorização da produção do espaço, como sua atualização, por generalizar suas conquistas, quanto à produtividade mercantil, inclusivas dos modos de exploração do trabalho, e pelas formas significativas de uso (menos expressivas e conotativas, ou imaginativas); portanto, pelos modos de estranhamento e alienação. Lefebvre qualifica como espaço abstrato.

Escreve Marx, nos *Grundrisse*, de 1857-1858:

[...] No processo de produção do capital, o meio de trabalho experimenta diversas metamorfoses, a última das quais é a máquina, ou melhor, um sistema automático de maquinaria [...] posto em movimento por um autômato, por uma força motriz que se move a si mesma; este autômato se compõe de muitos órgãos mecânicos e intelectuais, de tal modo que os próprios trabalhadores só estão determinados como membros conscientes de tal sistema [...]. A máquina em nenhum aspecto aparece como meio de trabalho do trabalhador individual [...]. A atividade do trabalhador, reduzida a uma mera abstração da atividade, está determinada e regulada em todos os aspectos pelo movimento da maquinaria, e não o inverso [...]. Na maquinaria, a ciência se apresenta ao trabalhador como algo alheio e externo, e o trabalho vivo aparece subsumido sob o objetivado, que opera de maneira autônoma (1977, p. 217-221, grifos do autor).

Uma mudança de medida, no sentido hegeliano do termo, do quantum – a quantidade metamorfoseada em alteração da qualidade –, próprio ao processo do capital, insere a produção social do espaço, de modo mais expresso, a produção do espaço urbano. Com isto, argumenta-se o sentido da urbanização da sociedade como forma de sociabilidade prevalecente no processo do capital, que aparecia, já em fins do século XVIII, na Europa, como concentração populacional nas cidades, a redefini-las.

Na obra de Georg Simmel (1995), estabelece-se a implicação do dinheiro e das trocas nos modos de sociabilidade na cidade, qualificada assim como metrópole; para Michel Foucault (2002) localizam-se, como necessidade, formas de regulação de grandes contingentes de população concentrados, o sanitário, substituindo o higienismo. E contextualiza-se, assim, a ideologia malthu-

siana, de fins do mesmo século, na sua origem: a da desproporcionalidade do crescimento da população, face às formas de sobrevivência.

A concentração dos capitais nas cidades foi exposta por Marx, já no início do processo de industrialização. Um salto adiante das forças sociais produtivas potencializa a inserção do espaço produzido, como condição e produto, do processo do capital.

Seria preciso localizar esta descontinuidade histórica, concreta e conceitualmente.

Na Geografia, a idéia de espaço geográfico incluía essas transformações sociais, mas prevaleceu até a segunda metade do século XX, o âmbito de sua materialidade.

Baseando-nos em Max Sorre (1948, p.101), temos que: “O espaço é uma certa extensão de terra com seus acidentes geográficos, um fragmento da película superficial da crosta terrestre onde se misturam os círculos de atividade do indivíduo, das coletividades, do Estado.” Esta extensão de terra inclui os subsolos e sua riqueza, as extensões marítimas e o espaço aéreo. Espaços asperamente disputados, contendo parcelas difíceis de definir como próprias à apropriação individual, quer de pessoas ou Estados. Esta extensão é historicamente constituída; sofre as transformações próprias do desenvolvimento técnico, que viabiliza seus usos.

No capítulo “Estruturas políticas e econômicas e Geografia”, Max Sorre escreve:

[...] o geógrafo lê na paisagem rural da Europa ocidental os testemunhos concretos deixados no solo pelas estruturas econômicas desaparecidas. E, quando ele tenta compreender os traços da paisagem humana, desenvolvida desde dois séculos sobre uma grande parte do planeta pela expansão do grupo humano branco europeu, especialmente o grupo que se formou na Europa de Noroeste, ele não pode fazê-lo senão com a condição de evocar os traços da economia capitalista. Há uma ligação necessária entre a transformação do globo e uma certa estrutura econômica e social cujo pleno desenvolvimento se localiza na Europa de Noroeste e na América setentrional no final do século XIX e começo do XX. Nossa tarefa não é a de refazer o trabalho dos economistas, nem sobretudo dos historiadores modernos da economia cuja atividade é tão fecunda. Nós lhes perguntaremos somente o que eles podem nos trazer para tornar inteligível o quadro geográfico, para discernir ao mesmo tempo as forças transformadoras do trabalho no mundo moderno (1948, p. 132).

Esse fragmento de parágrafo anuncia um capítulo sobre as revoluções sociais do mundo capitalista, que conclui com a existência de uma Geografia

social – “produto da história, das idéias, das forças morais e das forças econômicas que lutam hoje no mundo” – como elemento necessário da geografia humana, “aquele que escapa às determinações imediatas do meio físico, na mais ampla medida” (SORRE, 1948, 163).

O reconhecimento dessa geografia geral concreta, configurada nos séculos de civilização humana, contendo uma expansão do ecúmeno, que, ao mesmo tempo, se definia como formas de império e de imperialismos – as descobertas e as repartições do mundo –, ao longo dos tempos históricos, acabou por reunir a expansão do mundo capitalista com a constituição de grandes unidades políticas, “que ampliam às dimensões do mundo o quadro dos Estados” (SORRE, 1948, p. 167)²⁰

Uma elaboração minuciosa dos geógrafos sobre o desenvolvimento econômico e político resultante incluiu o resgate das diferenças civilizatórias, em adaptação e confronto, e a direção da homogeneização.

No livro *A Geografia Ativa*, escrito no início dos anos 1960, por geógrafos reunidos em torno de Pierre George, a concepção norteadora é mais propriamente processual, mas ainda guarda a prevalência do ponto de vista material: falamos da idéia de situação, como geografia regional dinâmica.

Este espaço geográfico aparece assim não somente como um espaço humanizado, mas como um espaço relativizado, que se amolda em função das técnicas, das estruturas econômicas e sociais, dos sistemas de relações. O próprio espaço torna-se situação (GEORGE, 1966, p. 26, grifos do autor).

A evolução urbana no mundo, com a economia moderna, sugeriu descrições minuciosas das particularidades históricas de cidades, reunidas na interpretação de grande diversidade de tipos urbanos; entre eles, prevalece a combinação excêntrica de tradições regionais, nacionais, seculares, e mudanças econômicas extraordinariamente devastadoras dessas mesmas tradições. As cidades monstros no norte da África seriam européias, frutos da colonização, e, ao mesmo tempo, cidades mistas, produzindo-se uma zona de acumulação humana suburbana, empobrecida, que o próprio processo de modernização concentrava. Pierre George em *La Ville – Le fait urbain a travers le monde*, livro publicado em 1952, descreve delicadamente cidades européias, da mesma forma criações e transformações coloniais na América do Norte, na Ásia, na Áfri-

²⁰ A considerar o extraordinário planisfério, mostrando a expansão progressiva do horizonte geográfico, p. 173.

ca e na América Latina, como consequências urbanas da expansão europeia; fascina-o cidades da União Soviética, possibilidades concretas de renovação urbana, através de um urbanismo democrático, enquanto supressão da hierarquia social específica da sociedade capitalista (GEORGE, 1952).

Numa Geografia sistêmica, uma noção mais abstrata de espaço vai dirigir o sentido do conhecimento disciplinar. A lógica do espaço avança nos estudos geográficos, já nos inícios da segunda metade do século XX; ela não se baseia somente em recortes; inclui inúmeros fluxos interpostos e sobrepostos e um movimento de polarização e centralização, como formas de irradiação, a partir dos quais se disseminam processos constituídos nos polos e centros. Aperfeiçoa-se o estudo das hierarquias espaciais. A compreensão abstrata e lógica se torna absoluta e, sob a influência neopositivista²¹, constituem-se modelos como simulacros e, para os que o fazem, eis a verdade e o potencial do espaço, por seu intermédio. Nesse momento, a relação entre o conhecimento geográfico e a tecnocracia se aprofunda.

O limite mais duro do espaço como produto da abstração é o espaço neutro e asséptico, “o espaço da geometria, estruturado nos magníficos sólidos regulares” (NAVARRO, 2002, p. 41).²² Quanto mais abstrato-teórica ficava nossa ciência, mais ela se aproximava desse espaço frio e duro. Ele se geometrizava, com toda a carga complexa que as matemáticas, como conhecimento, lhes oferecia. O momento ímpar foi a Geografia teórica e quantitativa. Já, na idéia de área, havia o privilégio absoluto do pesquisador em formatar o espaço idealisticamente, como o demiurgo da verdade do espaço. Mas o paradigma da ciência espacial, dentro da Geografia, desdobrou infinitamente essa potência imagética²³: a do espaço concebido, a do sistema; a “imagem da verdadeira es-

²¹ Um marco desta Geografia – alimentada por ditas revoluções quantitativa e teórica – é a obra de SCHAEFER (originalmente economista, que se reuniu com geógrafos nos Estados Unidos e cujo primeiro texto data de 1953) e, a partir dele, a busca da formulação de leis, que governariam a distribuição espacial; mais do que aos fenômenos, a atenção se dirige aos padrões espaciais. (JOHNSTON, 1986, p.74-75); ver, também, (LENCIONI, 1999).

²² “O conceito de ‘espaço’ expressa sua inadequação, já que o termo introduz na visão da vida eternamente móvel, do mundo animado, uma dimensão de frialdade, de presença alheia, que recorda o frio repouso das lápides. [...] e resta um último resíduo de quietude, uma permanência na qual não podemos reconhecer a íntima instabilidade das coisas. Só resta o espaço imóvel, sempre idêntico, indiferente a suas criaturas, que eram sua voz; ficou definitivamente emudecido; se as coisas eram seu discurso, a palavra lhe foi arrebatada e, morto de nostalgia, nele só podemos achar cadáveres.” (NAVARRO, 2002, p. 40-41)

²³ Ver Lencioni, 1999.

trutura do mundo” (HARVEY, 1969 *apud* JOHNSTON, 1986, p.101). Havia a compreensão de que se tratava de uma ordem própria do mundo objetivo, “esperando para ser descoberta. Uma vez que aquela ordem – padrões espaciais de variação e de co-variação no caso da Geografia – existe, ela não pode ser contaminada pelo observador” (JOHNSTON, 1986, p. 100-101). Colocando a dedução como primordial, ao invés da indução, de um processo analítico empírico, essa Geografia mais ainda se aproximava da finalidade de ordenar a vida natural e social através do espaço.

Na Geografia, a Ciência Espacial, ou Geografia Quantitativa, aparecia como superação de uma geografia considerada descritiva e voltada ao enfoque de fenômenos únicos – a noção hartshorniana de área –, portanto, tratada como de menor cientificidade (LENCIONI,1999). Nos anos 50, essa nova concepção geográfica promove o deciframento das regularidades ou dos padrões espaciais. À geografia se aplicaria uma filosofia nomotética – produtora de leis – enquanto ciência espacial, ciência das distribuições espaciais: “... daí a Geografia tem de ser concebida como a ciência voltada para a formulação das leis que governam a distribuição espacial de certas características na superfície da terra” (SHAEFER, 1953 *apud* JOHNSTON, 1986, p. 227).

O movimento da Geografia Crítica vai introduzir mais francamente o marxismo na Geografia e inclui a concepção de valorização do espaço. Portanto, o espaço, ao mesmo tempo, define-se como abstrato e concreto. É demarcatório o livro *A Justiça Social e a Cidade*, de David Harvey, quanto às rendas urbanas.

Harvey aproxima-se dessa idéia de espaço em *A justiça social e a cidade* (1980), através das concepções de espaço relativo e relacional, suspendendo a prioridade do espaço como absoluto. E, também, em *Condição pós-moderna* (1992), quanto aos espaços e tempos individuais na vida social.

Uma nova direção deste aporte chega à Geografia Urbana como conhecimento da produção do espaço, pela via lefebvriana, mais diretamente no Brasil, com a escola da USP, e nos Estados Unidos, a indicar os trabalhos de David Harvey, de Edward Soja, de Mark Gottdiener, de Neil Smith, entre outros.

Temos neste texto, como argumento fundante, aquele da extensão e intensificação do processo do capital, ao longo do século XX, incluindo a produção do espaço.²⁴ Com ela, todos os momentos da vida social e humana estão impli-

²⁴ Tem-se como eixo da argumentação: Lefebvre, 2000.

cados na abstração do capital, cada vez mais e de modo diferenciado. As escalas de tratamento vão das amplas – mundiais – às mais locais – o espaço vivido. O espaço abstrato é o mecanismo que atinge o vivido e o homem inteiro, na expressão de Agnes Heller (1977). À luz desta tese, o cotidiano e o urbano são momentos essenciais de interpretação dos termos da reprodução social; adiantando que a produção do espaço generaliza têmporo-espacialmente os fundamentos da sociedade moderna, capitalista.²⁵

Alcançamos assim um momento da concepção da urbanização crítica em que ela adere à idéia de que a produção do espaço urbano constituiria a atualização da grande maquinaria nos séculos XX e XXI. O que apareceria como economicismo, isto é, derivar a produção do espaço de uma relação implicada e direta com a grande maquinaria, na verdade, além de propiciar a compreensão do espaço social produzido, quanto às finalidades mercantis que o alimenta, confere a possibilidade de determinar simultaneamente o vasto processo de alienação interno à produção do espaço; assim, seu sentido pleno na reprodução social da modernidade.

Enquanto produção do espaço urbano, os elementos materiais envolvidos nesta produção – edifícios (para todas as formas de usos: comercial, serviços, industrial, doméstico...), pontes, viadutos, produção dos subterrâneos adequados, estradas, sistema viário de modo geral, canalizações – constituem formas autônomas do capital ou condição tecnológica para o efetuar-se do processo produtivo imediato (os lugares em que ocorre a produção, a distribuição, a comercialização...). Esses elementos materiais se realizam, enquanto determinação formal do capital, como capital fixo, cuja realização do valor, e do mais-valor envolvidos, aparece sob formas financeiras cada vez mais internacionalizadas, abstratas – envolvendo títulos, endividamentos, consórcio entre o Estado e empresas, ações, rendimentos balizados por juros, de remuneração mundial –, para assegurar um retorno paulatino do valor adiantado – dada a natureza desses elementos.

Em síntese, a urbanização de per si envolve uma economia, enquanto determinação formal do capital, de complexa realização; portanto, logo po-

²⁵ “No curso desse período, a atividade produtiva (o trabalho) cessa de se confundir com a reprodução que perpetua a vida social; ela se destaca dela, mas para se tornar a presa da abstração: trabalho social abstrato, espaço abstrato.” [espaço que funciona “objetalmente”: “coisas signos com suas relações formais”] (LEFEBVRE, 2000, p. 60).

tencialmente financeira, com todas as regulações implicadas enquanto adiantamentos, para realizar como circulante um capital de natureza fixo. Um momento desta contabilidade financeira complexa é a realização da moderna propriedade da terra urbana, comportando formas hiperfinanceirizadas de realização e, portanto, mobilização. Assim, muito cedo, a economia urbana real incluiu uma economia fictícia. A magnitude da parte fixa do capital aumenta, o que lhe é próprio, e o define – inclusive criticamente – e, ao mesmo tempo, produzem-se modos renovados de determinar-lhe como circulante: o fenômeno da verticalização nas cidades é um momento de tradução da materialidade em capital fixado, ativado enquanto circulante. Mais recentemente, essa intensificação de usos capitalizados do espaço urbano leva aos grandes negócios imobiliários, à abertura de seus capitais na Bolsa de Valores, cotas de grandes negócios imobiliários..., que ressignificam as formas urbanas, que, de longa data, estão implicadas nas representações de anticidade: já, a partir do fim do século XIX, com cidades–jardins, depois os pavilhões, os grandes conjuntos habitacionais, os espaços condominiais... Renovações urbanas atualizam as rendas possíveis de açambarcamento dos valores produzidos socialmente com a urbanização.

A constituição de espaços privilegiados de renovação urbana, no Brasil, em especial, em São Paulo, deriva de instrumentos institucionais como as Operações Urbanas Consorciadas, legalizadas através do Estatuto da Cidade, de 2001, como legislação nacional; implementadas a partir de sua regulamentação nos planos diretores municipais. Elas ativam formas novas de realização da moderna propriedade da terra urbana, através dos CEPACs – Certificados de Potencial Adicional de Construção²⁶ –, do Direito de Superfície, da Outorga Onerosa do Direito de Construir²⁷, etc... Uma derivação contundente é a con-

²⁶ Observem-se os CEPACs – certificados de potencial adicional de construção –, instrumentos financeiros ligado às Operações Urbanas, tornados títulos, alienados em leilões, vendidos no mercado, podendo ser, de modo fictício, valorizados. O que se pretendia era angariar fundos para os investimentos definidos como públicos, mas, na verdade, se alavancam os investimentos, em parceria, com o setor privado.

²⁷ “Por um lado, o “Estatuto da Cidade” abre um amplo espaço para injunções políticas de ordem local e conjuntural voltadas para atender a interesses específicos ao delegar ao poder local a responsabilidade de definir a ‘função social da propriedade’ [...], bem como a atribuição de estabelecer as alíquotas devidas aos cofres públicos através da implementação da outorga onerosa do direito de construir e das operações urbanas consorciadas entre outras.” (LIMONAD e BARBOSA, 2003, p. 96)

cessão urbanística, instrumento de implantação de novos projetos urbanísticos, através da cessão do direito de expropriação por agentes privados, que o Projeto Nova Luz, em São Paulo, aciona, iluminando um mecanismo que pode se generalizar.

Retomando o argumento do processo do capital, podemos falar numa composição orgânica do espaço, como concebe Henri Lefebvre, uma produtividade do espaço, que justifica, através da função social da propriedade, instrumento do mesmo Estatuto, a presumida intensificação dos usos da infra-estrutura urbana existente e potencial. Concebemos esse sentido do processo como território economizado ou urbano economizado. As metrópoles são espaços privilegiados de sua constituição e programas de planejamento estratégico definem as representações concebidas para tal.

O que vislumbramos, então, é a ativação da economia no e do urbano como processo de totalização do urbano, agenciando novos instrumentos econômicos e políticos, amparados em concepções racionalizadas do espaço, como definiu Milton Santos (1996), enquanto espaços de racionalidade, campo de ação instrumental; ou, em Henri Lefebvre (2000), através do espaço concebido ou representações do espaço, que o leva ao espaço instrumental.

A noção de organização do espaço, ou organização racional do espaço, esclarece essa idéia de totalidade e, ao mesmo tempo, o impasse entre o interesse geral e aqueles privados. Significaria a criação de novas estruturas, globalmente designadas como serviço público, no sentido de coordenação, em escalas variadas, de um ideário de contraposição pública relativamente a certas explorações depredadoras ou pelo menos exageradamente onerosas, nos termos de Pierre George (1970, p. 39-40).

Na Geografia e fora dela, então, essa concepção de um espaço organizado e civilizatório, em perspectiva, induz ao nexos entre planejamento e espaço urbano ou planejamento urbano, fomentando “entidades institucional-organizacionais como componentes, inclusive, inconscientes e capilares de todos os aspectos da subjetividade, da alteridade, da sociabilidade”, etc. (LOURAU, 2001, p. 12).

Essa concepção de ordem necessária alimenta a ideologia da urbanização desordenada, que expõe a pobreza urbana como anomalia, passível de correção, no limite, através de um instrumento na essência técnico. Não é possível aqui expor o sentido histórico da tecnocracia e das tecno-estruturas. São praticamente evidências e eficientes. Hoje auto-definidas como planejamento estratégico.

A urbanização crítica surge por contraposição à ideologia do planejamento, da ordem, e negativamente no interior das noções que fundamentam socialmente a urbanização desordenada, considerando e não menosprezando o sentido do caos espacial, que prevalece na urbanização contemporânea: ruralização da cidade e urbanização do campo, neste misto, mal resolvido, da extensão e intensificação da urbanização e das metamorfoses sociais implicadas.

Pierre George qualificou como urbanização empírica, numa ponta de um espectro de transformações urbanas, que, na outra ponta, definia por urbanização difusa, esta última indicando, na textura do rural, as transformações urbanas. No ápice de sua influência, as transformações urbanas, abruptas, levavam à urbanização empírica, às migrações e às novas atividades produtivas. Os instrumentos conceituais dos quais partia: a cidade como organismo urbano e suas aglomerações, constituindo o que definia por conjunto urbano, não eram compatíveis com a voracidade da realidade prática, expressa através do processo de urbanização, de crescimento abrupto e acelerado. E assim atualizando este seu livro, basicamente situado entre outros livros do autor, dos anos 1950-1960, pudemos entrever a sua riqueza analítica, mais ou mesmo consciente ao nível conceitual (GEORGE, 1983). O processo de urbanização ativava um impasse em relação ao acervo conceitual. Tornando central o próprio impasse, todas as escalas de compreensão do urbano são acionadas não exatamente na sua coerência e articulação estritas.

O reconhecimento é o da universalidade e o da aceleração do crescimento dos grandes aglomerados urbanos (de milhares a milhões de habitantes); ele sugeriria tipos de cidades; a necessidade de comparação das cidades no mundo... Mede-se a extensão e intensidade da ocupação territorial urbana, que, ao mesmo tempo, sugere um tratamento em espectro, de situações globais a escalas intra-urbanas, considerando as transformações do aspecto físico urbano e da vida cotidiana no urbano, por exemplo, o ritmo de crescimento das periferias, com superpovoamento crítico (densidade maior de ocupação por cômodo da casa; afluxo maior de migrantes homens jovens e jovens casais; até zonas suburbanas, enquanto consumidoras de homens, “pois nelas a morte sobrepuxa a vida”, quando o emprego é instável). A coroa suburbana apresenta-se como frente pioneira e de colonização da urbanização. Esta leitura manifesta sua atualidade incontestada. O urbano espelha e reproduz o aspecto crítico da economia capitalista: no limite, “o enorme contraste de renda entre classes di-

rigentes e proprietárias, e a massa da população sem poder aquisitivo, que vive, no sentido próprio do termo, o dia a dia”.

De um lado, a cidade configura uma unidade demográfica; de outro, as coletividades geográficas, inclusive os bairros, são substituídos pelas relações socioprofissionais.

Uma ruptura histórica, que move a transformação das cidades, costura toda a análise: a industrialização. Sendo que esta e seus derivados, como a extensão dos serviços e comércio – mais ou menos contraditórios –, implicam em formas de trabalho concentrado, em fenômenos de massa, que metamorfoseiam as cidades.

No interior de um raciocínio aparentemente desenvolvimentista, o autor formula uma tese crítica sobre o desenvolvimento das cidades: o crescimento das cidades conduz à negação (impossibilidade) do urbanismo (enquanto projeto coletivo, social) e está sob o privilégio da economia (indústria, finanças, circulação e especulação) e da arquitetura (como solução individual, isolada).

Anuncia-se o capitalismo financeiro: incluindo a descrição de empreendimentos econômicos e especulativos envolvidos; varrendo as histórias de povos colonizados; reproduzindo-se em impérios; e constituindo uma massa de população potencialmente trabalhadora, agigantada e concentrada, especialmente, em grandes cidades.

Perversamente, concentradas, pois são denunciadas as formas de segregação espacial produzidas.

Com base nos estudos sobre a matemática das catástrofes, elucidada por René Thom, e introduzida por Henri Lefebvre, quanto à produção do espaço, experimentamos este aporte metodológico, através, essencialmente, do livro *Geografia Urbana*, de Pierre George, dos seus conteúdos analíticos da urbanização, que ele retrata, indo além dos limites de sua própria conceituação do urbano; portanto, reunindo os conteúdos abordados, mais ou menos conscientizados a nível conceitual. A estruturação do livro de Pierre George serve então à teoria que mostra geneticamente a produção, ao mesmo tempo, das condições de estabilidade e das condições de ruptura (LEFEBVRE, 1978, p. 296).

Em mais de uma escala geográfica, utilizando a idéia de morfologia hierárquica estratificada, para exame dos pontos das rupturas, foi possível a compreensão do livro pelo seu viés potencialmente dialético. Acabou por revelar um mo-

mento precioso da urbanização como urbanização crítica, buscando no livro um sentido conceitual anunciado do que foi definido por urbanização empírica. Embora o tratamento das cidades inclua os bairros, como modo de organização do espaço, aparecem os termos analíticos da urbanização empírica, contraditória a essa organicidade, em princípio designadora do fenômeno: zonas periféricas, áreas suburbanas, guetos, segregação urbana, habitats espontâneos, como áreas incluindo populações “não integradas”. As peculiaridades dos chamados países subdesenvolvidos seriam reveladoras dessa realidade instável.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: LÓGICAS ATIVAS

A concepção de universalidade e humanização que conduzia a busca do espacial, como conceito mental, apresenta-se agora como ativa socialmente, reduzida historicamente ao econômico, implicando a absorção de todas as ciências e filosofia, como momentos potenciais do desenvolvimento das forças produtivas do capital.

Agora a adicionar, ao conjunto do movimento de interpretação, a idéia das grandes vias de circulação como espaços produtivos, apresentando-se, ao mesmo tempo, como condutos e estratégias de conjunto da territorialização dessa economia urbana.

Na metrópole de São Paulo, vê-se a presença de grandes estruturas condominiais e novas estruturas logísticas, estas últimas no corpo de modos de circulação mercantil mais rápidos, incluindo a terceirização desses serviços, no âmbito da divisão social do trabalho industrial, ambas apresentadas como progressistas e instauradas em espaços tornados por violência vazios. O termo mais apropriado seria produção do vazio (HARVEY, 1990). Daí a importância de um pensamento dialetizado sobre a relação centro-periferia: diferenciação dos centros e periferias; produção de centralidades por exclusão violenta de periferias; produção de novas periferias... etc.

Quando Marx falava das vias de comunicação e transportes, ele as via como momentos de difícil realização econômica, considerando-as como capital fixado no espaço, de grandes dimensões, e, simultaneamente, abrigo de capitais superacumulados (ele descreve, por exemplo, a realização crítica de um capital financeirizado, envolvendo as ferrovias, com ações, hipotecas...) (MARX, 1977 e 1984). Assim, o Estado e a crise de acumulação explicavam a inversão em vias de comunicação.

Os entraves de sua realização econômica hoje se põem de outro modo.

Antes, um trajeto necessário. Na literatura de geografia urbana, da importância dessas vias, surgiu a idéia de que a geografia urbana se caracterizava essencialmente como geografia da circulação, incluídas a situação geográfica do núcleo urbano no processo de sua formação; as novas nucleações – análise das cidades, incluindo as aglomerações urbanas, como conjunto urbano, sendo que as nucleações do entorno caracterizaram a concepção de subúrbio, depois de periferia; e a noção de tempo obrigatório, interpretando, na vida cotidiana, o aumento do percurso entre a moradia e o trabalho, a migração pendular.

O tratamento aqui, amparado também na importância do ambiente construído, aproximação apenas inicial como imagem fenomênica, é o de deslocar o significado dessas vias, agora mobilizadas economicamente, nos termos da produção de nova espacialidade urbana.

A análise do Rodoanel Mário Covas em São Paulo, um anel perimetral metropolitano, ligando as vias radiais de acesso a São Paulo, instruiria um projeto setorial – da área dos transportes – apresentando-se como indutor da atualização econômica da metrópole de São Paulo e ambientalmente desejável. O que se põe é que esta forma de representação é profundamente eficaz e inclui, de fato, uma economia urbana fundamentada nas grandes vias de circulação. A idéia é a do deslocamento de uma geografia da circulação, como substância para pensar esses meios de comunicação, e voltar a insistir na produção do espaço como conceito fundamental da geografia urbana, incluindo, portanto, a economia política do espaço, decifrando-se esses espaços de circulação como espaços produtivos, lato e estricto senso.

Assim, a configuração metropolitana urbana é entendida, nas suas fronteiras peri-urbanas, como espaços instrumentais, ativos, da economia urbana e as fronteiras são traduzidas, ao invés de recortes do continente urbano, em tecidos urbanos produtivos.

Torna-se estratégico também avaliar como esses novos tecidos urbanos produtivos se inserem em realidades urbanas locais. Há inúmeros casos de áreas condominiais em municípios do entorno metropolitano, sem relações de implicação social e cotidiana com seus centros urbanos mais consolidados, mantendo conscientemente relações mais residuais; inclusive, sua posição geográfica material, nesses municípios, sugere essa possibilidade.

À dialética do tempo, dos grupos, se superpõe uma lógica socioespacial, enquanto estratégia de reprodução, envolvendo o planejamento; investimen-

tos maciços na produção do espaço, inclusive, estatais; estruturas, que dominam o espaço, concretamente: políticas urbanas e atividades de ONGs em diferentes escalas espaciais, que não se restringem àquelas da vivência imediata; etc. Todo aparato como armadura do fetichismo do espaço. Seu reconhecimento é parte de um pensamento dialético sobre o espaço. Fala-se, há quase um século, em periferias espaciais, mentais, sociais, de grupos inteiros, e em integração, permanecendo simbólica, abstrata e “cultural” (LEFEBVRE, 1973, p. 30). A hierarquização espacial se superpõe à hierarquia social. As formas de integração incluem o domínio de grupos restritos sobre a população, incluindo, clientelismos políticos, o tráfico de drogas, ONGs diversas...

Essa alienação de segundo grau – ou espiral de alienações – leva à alienação espacial, aquela que reitera e amplia a negação da possibilidade de se ‘viver’ a alienação temporal; é parte constitutiva de um pensamento crítico sobre a sociedade contemporânea. A metrópole, a vida cotidiana, as imagens espetaculares preenchem sedimentos de alienação, que pressionam para baixo a alienação temporal, realizando, cabalmente, a alienação do trabalho, de forma a não ser reconhecida, nem superada.

No caso de São Paulo, a composição ou o conjunto das Operações Urbanas Consorciadas, do Plano Diretor Estratégico do Município, projetadas e existentes, revelam-se, claramente, como espaço instrumental; instruindo os mecanismos econômicos e financeiros; induzindo uma nova fronteira ativa, através do Rodoanel Mário Covas, como a fronteira desenhada dos novos negócios potenciais da urbanização; não como limite absoluto, mas como um a partir de.²⁸

Tanto as Operações Urbanas, como o Rodoanel e a estruturação de macro-drenagem da região metropolitana de São Paulo²⁹, enquanto intervenções materiais totais, importantes, do final dos anos 1990 e dos anos 2000, estabelecem

²⁸ O mapa, *Urbanização Crítica em Processo* – Metrópole de São Paulo, aparece como tentativa metodológica de definir uma representação analítica do urbano economizado como totalização, e dos restos que sobram à massa proletária; conjuntamente com as informações mais verticais sobre os processos em curso. In: Damiani, 2008.

²⁹ Plano Diretor de Macro-drenagem da Bacia do Alto Tietê, datado de 1998, visando a integrar as abordagens, antes submetidas a ações em sub-bacias. Sob a orientação do DAEE, Departamento de Águas e Energia Elétrica, da Secretaria de Saneamento e Energia, do Governo do Estado de São Paulo. Ver: Seabra, 2005 in: Carlos, e Carreras, 2005, p. 51-59.

novos recortes metropolitanos e atualizam as intervenções de engenharia, que demarcaram a estruturação técnica de suporte da metrópole, e sua realização econômica abstrata.

Entre outras estruturas técnicas, inclui-se, enquanto característica de São Paulo, sua verticalização extensiva. Atualmente, sobre as formas de verticalização, seria importante assinalar a automação predial, própria de edifícios de escritórios nas áreas das Operações Urbanas, envolvendo empresas e escritórios de arquitetura internacionais (MIELE, 2006).

A compreensão do emaranhado complexo que são as periferias metropolitanas hoje, nem só favelas, nem só cortiços, nem só loteamentos clandestinos, nem só conjuntos habitacionais, estes, às vezes, de dimensões gigantescas, de mais de 100.000 habitantes, exige pensar tudo isso junto, formando enormes corredores nos extremos do tecido urbano metropolitano. Enfim, habitações precárias como faces do processo de proletarização, incluindo politicamente clientelismos e patrimonialismos, como localismos inerentes à situação de destituição social e às formas políticas reproduzidas pelo estado brasileiro. Convencionou-se, em alguns documentos oficiais, como os referentes ao Rodoanel Mário Covas, de anel periurbano; outros estudos definem por fronteira³⁰; são espaços que sugerem emblematicamente a segregação espacial. Mas demonstram também o descompasso das políticas sociais anteriores, incluindo sua ausência – que explica uma massa enorme de periferias autoconstruídas –, com o que veio a ser o território de valorização da metrópole.³¹

³⁰ Haroldo da Gama Torres localiza diferenças no que chama de fronteira urbana em São Paulo: áreas com mais de 3% de crescimento demográfico ao ano – mais exatamente 6,3%, na década de 1990 –, além da média da região metropolitana – de 1,4% e diferente do que define como cidade consolidada, cujo crescimento é negativo, ou mesmo da periferia consolidada, aquela de crescimento positivo de até 3% –; nas franjas urbanas, na área periurbana; boa parte dos moradores é de migrantes chegados à cidade nos anos 90 – portanto, área que não cresce somente por conta da mobilidade social descendente da região –, onde os índices de desemprego são maiores, e que concentram favelas, cortiços e loteamentos clandestinos. Trata-se da expansão da metrópole por produção de novas periferias, apesar de toda transformação produtiva e demográfica, que reduz a expectativa de empregos e pretensamente a migração. A funcionalidade dessa presença de população sobrando não seria um argumento suficiente. (TORRES, 2005. in: MARQUES; TORRES, 2005, p. 101-119)

³¹ Certas políticas dos anos 1970, como a produção de grandes conjuntos habitacionais, demonstram-se, hoje, impeditivas à fluência dos negócios; embora, eles recomponham, inclusive por isto, suas estratégias e táticas econômicas e políticas. Eu chamaria, em síntese: um processo de atualização econômica e política da metrópole, que, diante desses impedimentos, estabelece os termos das estratégias e táticas para superá-los.

É possível falar de segregação socioespacial e centralidade como opostos e compostos.

A inclusão de territórios de uso da população proletarizada, sob o avanço dos processos de capitalização e valorização do espaço e do ideário da sustentabilidade, como seu adorno conveniente, expõe essa população a formas de expropriação compulsórias³²; a indicação de seu reassentamento na área de entorno, na maioria das vezes, não se concretiza³³ e, quando o faz, essa mesma população tem dificuldades na manutenção da nova condição, pelos custos adicionais cotidianos que ela representa, como contas de água e luz, na substituição da condição de favelada pela de moradora de conjuntos habitacionais, por exemplo. Há denúncias de expulsão velada da mesma população, através de “cheques despejos”, como se convencionou a remuneração precária pelo direito de usucapião negado.³⁴

Impõe-se resgatar formas de subjetividade concreta, individual e social, contrapostas ao processo social abstrato dominante: modos de percepção da crise social; projetos sociais e políticos a seu propósito.

A sociedade, do modo como se processa, acaba por envolver a todos num processo social abstrato, de difícil discernimento. Ele inclui estratégias amplas,

³² Ver a este propósito: Alfredo, 1999.

³³ “O número de famílias a serem desabrigadas vem sendo subdimensionado no Trecho Sul. A DERSA prevê 1,7 mil famílias, sendo que somente na favela Pintassilgo (que será inteiramente desapropriada) existem 1,2 mil famílias. Dessa população a ser desapropriada, 90% está em situação irregular. (Diário do Grande ABC, 29/10/2004)” (LABHAB. Impactos urbanísticos do Trecho Oeste do Rodoanel Mario Covas – estudo preliminar, 2005, p. 117)

³⁴ “A Operação Urbana Água Espaiada [em São Paulo] concedeu a ‘investidores’ o direito de construir prédios de altura superior ao permitido na lei de zoneamento. Em troca, os recursos gerados pela venda desses certificados deveriam ser destinados a melhorias no bairro – como a construção de uma ponte e a criação de conjuntos habitacionais destinados a abrigar as pessoas retiradas da favela. Mas, ao invés dos conjuntos habitacionais, a Secretaria Municipal de Habitação implementou a prática do “cheque despejo” que consiste no pagamento de R\$ 5 mil a R\$ 8 mil para retirada de famílias. O valor é insuficiente até mesmo para compra de barraco em outra favela. Recentemente, o Shopping Cidade Jardim, que também fica na Marginal Pinheiros, ofereceu R\$ 40 mil por família para a retirada de barracos de uma parte de seu terreno. A Defensoria Pública entrou com ação civil pública para impedir a prática do ‘cheque despejo’ no local. [...] Na Favela do Jardim Edith moram cerca de 3 mil pessoas. São 800 famílias. De acordo com a Defensoria, metade delas reside há mais de 10 anos no local. Segundo a Lei da Operação Urbana Água Espaiada, deveriam ser construídas moradias populares na região para realocar toda a comunidade. Com isso o Poder Público, por lei, não pode conceder cheque-despejo. [...] ‘A área é de permanente especulação imobiliária desde 2000, quando a Operação Urbana foi realizada. Há uma pressão política dos investidores para que as favelas sejam removidas’ [...]” (<http://www.cut.org.br/site/start.cut?infoid=15397&sid=6>, acesso 25 de junho de 2008; publicação *Hora do Povo*, de 13 de dezembro de 2007)

de mais de uma escala geográfica, simultaneamente, ativas nos lugares, e modos de aterrorizar o cotidiano. A consciência, ao nível da cotidianidade, expõe um conflito entre o que pode ser a verdade essencial do que nos submete e o falso, como a submissão sem atrito, sem resistência, instalada no cotidiano. Podemos nos quedar na ambiguidade desse lusco-fusco. Mas as temporalidades e espacialidades vividas, percebidas, são extremamente complexas. Na vida cotidiana, imerge-se no tempo abstrato dominante e, ao mesmo tempo, se evoca tempos e espaços outros, vividos real ou imaginativamente. Assim, a luta por contraespaços, por formas de apropriação social e individual possíveis, é tanto organizada social e politicamente, como evocada no plano da percepção, no tecido mesmo das vivências.

BIBLIOGRAFIA

ANDRÉ, André Luís. *Visíveis pela violência* – A fragmentação subjetiva do espaço metropolitano. Tese de doutorado. Presidente Prudente: Departamento de Geografia/UNESP- Presidente Prudente, 2009.

ALFREDO, Anselmo. *A luta pela cidade na metrópole de São Paulo* – Do projeto à construção da Avenida Água Espraiada. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

SÃO PAULO. *Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Rodoanel*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2004.

BARRETO, Maria Inês. Inserção internacional de governos locais. IN: Revista *Teoria e Debate*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, ano 17, n.º 59, agosto/setembro de 2004, p. 12-16.

CANDIDO, Antonio. A dialética da malandragem. IN: *O discurso e a cidade*. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, 3.ª edição, p. 17-46.

DAMIANI, Amélia Luisa. *Espaço e Geografia: Observações de Método*. – Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. – Ensaio sobre a Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo. Tese de Livre-Docência. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FUNDAÇÃO IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia. *Pierre George – Conferências no Brasil*, Guanabara: 1970.

GEORGE, Pierre. A propos de la “geographie active”. Réflexion sur la responsabilité des géographes. IN: *Hérodote* – revue de géographie et de géopolitique. Paris: La Découverte, n.ºs 33-34, 2º-3º trimestres de 1984, p. 213-221.

_____. *La Ville* – Le fait urbain a travers le monde. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.

_____. *Geografia Urbana*. São Paulo: Difel, 1983.

- _____ ; GUGLIEMO, Raymond; LACOSTE, Yves e KAYSER, Bernard. *A Geografia Ativa*. São Paulo: Difusão Européia do Livro/EDUSP, 1966.
- HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- _____. *El Nuevo Imperialismo*. Madri: Akal, 2004.
- _____. *A Justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- _____. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HELLER, Ágnes. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1977.
- KURZ, Robert. *O declínio da classe média*. Folha de S. Paulo, 19 set. 2004. Caderno Mais, p. 10
- JONAS, Stéphane. La métropolisation de la société dans l'oeuvre de Georg Simmel. In: RÉMY, Jean (Org.). *Georg Simmel: ville et modernité*. Paris: Harmattan, 1995, p. 51-59.
- JOHNSTON, Ronald John. *Geografia e geógrafos: a geografia humana anglo-americana desde 1945*. Tradução: Oswaldo Bueno Amorim Filho. São Paulo: Difel, 1986.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia Serve Antes de Mais para Fazer a Guerra*. São Paulo: AGB, 1979.
- LABHAB. *Impactos urbanísticos do Trecho Oeste do Rodoanel Mario Covas – estudo preliminar*. São Paulo: Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos, FAUUSP, julho de 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade*. Póvoa de Varzim: Ulisséia, s/d.
- _____. *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos, 2000, 4.^a edição.
- _____. *Du rural à l'urbain*. Paris: Anthropos, 2001, 3.^a edição.
- _____, Henri. *De l'État – 4. Les contradictions de l'État moderne*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978.
- _____. *La Survie du capitalismo*. Paris: Anthropos, 1973.
- LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- LIMONAD, Ester e BARBOSA, Jorge Luiz. Entre o ideal e o real rumo a sociedade urbana – algumas considerações sobre o “Estatuto da Cidade”. IN: *GEOUSP – Espaço e Tempo*, 2003, n.º 13. P. 87-105
- LOURAU, René. *Los intelectuales y El poder*. Montevideu: Nordan-Comunidad, 2001.
- MARTINI-SCALZONE, Lucia e SCALZONE, Oreste. Écologisme et autonomie. In: *GROUPE de NAVARRENX. Du Contrat de Citoyenneté*. Paris: Syllepse/Périscopie, 1990, p. 228.
- MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (Grundrisse) 1857-1858. México: Siglo Veintiuno, 1977, volumes 1 e 2.
- _____. *Teorías sobre la plusvalía*. Buenos Aires: Cartago, 1975. (agregados).
- _____. *O capital – Livro I, Capítulo VI*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- _____. *A Questão Judaica*. São Paulo: Moraes, s/d.
- _____. *El capital*. México: Siglo Veintiuno, 1984, tomo III, 3.^a edição.
- MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MIELE, Sávio Augusto de Freitas. Avenida Eng. Luis Carlos Berrini: a Produção do “Moderno”.

- IN: *GEOUSP – Espaço e Tempo*. Revista de Pós-Graduação. São Paulo: Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2006, n.º 20.
- NAVARRO, Ginés. *El cuerpo y la mirada* – desvelando a Bataille. Barcelona: Anthropos Editorial, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OSMONT, Annik. *La banque mondiale et les villes – du développement à l’ajustement*. Paris: Karthala, 1995.
- PETONNET, Colette. *Contribution à l’Étude Ethnologique des Néo-prolétariats Urbains*. Tese de doutorado. Paris: Université René Descartes, Paris V, Sciences Humaines, Sorbonne, 1978.
- SÃO PAULO. *Programa Rodoanel Mario Covas: Trecho sul modificado – Estudo de impacto ambiental*, São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, outubro de 2004, volumes 1-5.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCHAEFER, Fred K. *Exceptionalism in geography: a methodological examination*. Annals, Association of American Geographers, n° 43, 1953.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Economia política do espaço – A reestruturação da Bacia do Alto Tietê. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CARRERAS, Carles (orgs.). *Urbanização e mundialização* – estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005. P. 51-59.
- SILVA, Moacir Nunes e. *A Geopolítica da economia mafiocontemporânea*. Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH, USP, 2009.
- SORRE, Max. *Les fondements de la Géographie Humaine*. Paris: Armand Colin, 1948, tomo II – Les fondements techniques.
- TORRES, Haroldo. A fronteira paulistana. IN: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. *São Paulo – Segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2005.
- VANEIGEM, Raoul. *Nous qui désirons sans fin*. Paris: Gallimard, 1996.

Recebido em: 25/09/2009

Aceito em: 18/11/2009